

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO
MUNICIPAL/AGENTE DE CONTRATAÇÃO DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS - ES

Processo nº. 025.339/2025

ID Cidades: 2025.067E0600015.01.0007

AYKO TECNOLOGIA LTDA ENDEREÇO RUA INACIO HIGINO 994 PRAIA DA COSTA VILA VELHA ES, pessoa jurídica de direito privado, devidamente registrada no CNPJ sob o nº. 05.805.349/0001-14, com sede RUA INACIO HIGINO 994 PRAIA DA COSTA VILA VELHA ES, vem, à presença de Vossa Senhoria, apresentar IMPUGNAÇÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2025, com amparo no Art. 164 da Lei Federal nº. 14.133/2021 c/c Item 8.1 do r. Edital, pelos fatos e fundamentos.

1. LEGITIMIDADE e TEMPESTIVIDADE

A empresa, ora impugnante, é pessoa jurídica cuja natureza e objeto atendem aos requisitos mínimos de qualificação para participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2025, a ser realizado pela Comissão de Pregão em 15/12/2025, pelo Município de São Mateus/ES.

Destaca-se a tempestividade, haja vista a descrição do item 13 do edital, transcrito conforme figura abaixo:

13 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2 A resposta à [impugnação](#) ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3 A [impugnação](#) e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte e-mail: licitacao@saomateus.es.gov.br.

13.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

Assim, considerando o disposto acima e a data de hoje, 09/12/2025, entende-se totalmente tempestivo.

2. DA IMPUGNAÇÃO E FUNDAMENTOS

O Edital de PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 049/2025, tem como objeto a eventual contratação de empresa(s) especializadas para “*REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, LICENÇAS DE SOFTWARE, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS, QUE IRÃO COMPOR A ESTRUTURA DO SISTEMA DE VÍDEO MONITORAMENTO MUNICIPAL, BEM COMO O PARQUE DE EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS E CORRESPONDENTES, EM ATENDIMENTO AS DEMANDAS DE IMPLANTAÇÃO DE UMA CENTRAL DE MONITORAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS, CONFORME DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA, ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA*”.

2.1 -O critério de julgamento da Licitação será MENOR PREÇO, com modo de disputa: ABERTO

Dadas as considerações iniciais, após acurado exame em todo o edital, é necessário que sejam analisados os pontos impugnados nesta oportunidade, haja vista a flagrante ilegalidade, diga-se omissividade, de informações, bem como aviltamento aos princípios que regem os procedimentos licitatórios.

2.2 Da Qualificação técnica - item 8.22

A exigência de quantidade mínima para fins de qualificação técnico-operacional, tal como posta no edital, revela-se desproporcional e sem adequada motivação, podendo superar o limite de 50% das parcelas relevantes admitido pela jurisprudência do TCU e pelo art. 67 da Lei 14.133, configurando restrição indevida à competitividade.

Explico, a Administração pode, sim, solicitar que o licitante demonstre ter capacidade prática anterior mediante quantidade mínima de serviços prestados, mas essa quantidade não pode ser escolhida arbitrariamente. É necessário que ela seja fundamentada tecnicamente, demonstrando que o percentual exigido guarda relação direta com a complexidade do objeto e com o risco de execução, o que certamente incorrerá em uma barreira artificial que restringirá o caráter isonômico da licitação.

2.3 Da Irregularidade na Exigência Exclusiva de Profissional Técnico Registrado no CFT, em Detrimento de Engenheiros Habilitados no Sistema CONFEA/CREA

O edital estabelece, no item 8.22.2, que a licitante deverá possuir, em seu quadro permanente, responsável técnico registrado no CFT (Conselho Federal dos Técnicos Industriais), limitando o exercício da responsabilidade técnica a profissionais de nível técnico e, implicitamente, excluindo engenheiros habilitados e registrados no CONFEA/CREA, mesmo que estes detenham formação acadêmica superior e atribuições legais para executar projetos e instalações de infraestrutura elétrica, telemática e de videomonitoramento. Tal formulação, como apresentada, constitui limitação que não se fundamenta em critério técnico verificável, já que a Lei 14.133/2021 não autoriza a Administração Pública a restringir participação profissional quando existam múltiplas categorias legalmente habilitadas para desempenhar as atividades do objeto contratado. A qualificação técnica deve buscar aferir

capacidade real de execução, e não limitar a concorrência por critérios formais que não dialogam com as atribuições legais de cada profissão.

A exclusão prática de engenheiros é especialmente problemática neste caso, pois o objeto envolve instalação de infraestrutura de energia e comunicação, redes externas, possíveis obras civis e integração de sistemas, de tal forma, atribuições típicas de engenharia elétrica e telecomunicações. Se a atividade requer responsabilidade técnica, emissão de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou execução de obra crítica, é juridicamente inadequado limitar a atuação a profissionais técnicos, especialmente quando engenheiros possuem habilitação mais ampla, maior nível de formação e prerrogativas legais abrangentes. A Administração só pode restringir profissionais quando demonstra, de forma fundamentada, que determinadas atribuições pertencem exclusivamente a um conselho específico; caso contrário, a restrição viola o princípio da isonomia e a livre competição entre empresas qualificadas.

Assim, a cláusula, tal como estruturada, configura exigência restritiva sem motivação técnica, criando uma barreira artificial à participação de empresas cujos responsáveis são engenheiros habilitados, o que contraria os arts. 5º e 67 da Lei 14.133/2021, que impõem que critérios de habilitação técnica sejam indispensáveis, proporcionais e fundamentados, jamais discriminatórios. Ao excluir profissionais com competência formalmente reconhecida por lei, o edital reduz o universo concorrencial, favorece um nicho específico de atuação profissional e afronta o julgamento objetivo e competitivo do certame.

2.4 Das Especificações técnicas, quantidade e risco de direcionamento

A contratação prevista no Pregão Eletrônico nº 049/2025 tem por objeto o registro de preços para fornecimento, instalação e manutenção de equipamentos de videomonitoramento, porém o edital, ao remeter a definição técnica ao Termo de Referência e demais anexos, não apresenta com a precisão necessária parâmetros de desempenho, qualidade de captura de imagem, capacidade de armazenamento, indicadores de resolução mínima, taxa de quadros, nível de sensibilidade noturna e padrões de compressão ou transmissão, elementos indispensáveis para que os licitantes formulem propostas equivalentes e adequadamente comparáveis. Em contratações de tecnologia, especialmente quando envolvem segurança pública, a ausência de detalhamento técnico gera elevado grau de subjetividade e incerteza, impedindo que os licitantes possuam condições iguais de formular custos, dimensionar insumos e prever estruturas de rede compatíveis com a demanda real. Um objeto incompleto, ainda que extensamente descrito em número de itens, não atende ao requisito legal de clareza, completude e suficiência técnica exigido pela Lei 14.133/2021 (art. 6º, XXIII; art. 18; art. 40), tornando o julgamento suscetível a subjetividade e abrindo margem para direcionamento.

Além disso, quando não são definidos limites quantitativos claros e estimativas detalhadas de consumo, o modelo de registro de preços torna-se vulnerável a oscilações e incertezas econômicas. A empresa, sem referência real de demanda, naturalmente precifica pelo cenário de maior risco, elevando valores unitários como mecanismo de proteção contratual. Nesse cenário, o Município pode não obter a proposta mais vantajosa economicamente e, pior, pode ainda criar uma distorção de mercado que privilegia certas empresas em detrimento de outras, o que acarreta em situação que caracteriza assimetria informacional, fenômeno vedado dentro do regime licitatório pois afeta diretamente a isonomia, a transparência e o caráter competitivo do certame. A

Administração Pública não pode exigir que o mercado ofereça preços com precisão quando ela própria não fornece os parâmetros necessários para calculá-los.

Por fim, a ausência de detalhamento técnico impacta não apenas a disputa, mas também a execução do contrato. Sem definição mínima de performance operacional das câmeras, requisitos de software, dimensionamento de rede, disponibilidade elétrica e topologias de instalação, a Administração corre o risco de receber produtos tecnicamente distintos dentro de uma mesma faixa de preço, gerando incompatibilidades operacionais, necessidade de aditivos, reprogramações e disputas posteriores sobre qualidade, isto é, problemas típicos de contratações mal especificadas. Em síntese, quando o objeto não é tecnicamente delimitado, a licitação perde objetividade, a economia é comprometida e a execução torna-se insegura, tornando a cláusula passível de impugnação para fins de adequação.

Nessa senda, o art. 6º, XXIII da Lei n. 14.133/21 dispôs que no edital devem vir consignadas todas as características da prestação almejada, condições de participação e pagamento, normas para execução do contrato, periodicidade da prestação, dentre outras:

XXV - projeto básico: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos.

(grifo nosso)

Isso se dá pelo instrumento convocatório balizar todo o procedimento licitatório que se desenvolverá.

Em suma, devem os licitantes saberem de antemão a que prestação se sujeitarão, em que condições e como serão remunerados, ao passo que as condições previstas no edital ainda deverão pautar as decisões administrativas tomadas no curso do procedimento, a garantir a objetividade em seu julgamento e isonomia entre os participantes.

Neste contexto, a devida delimitação do objeto licitado pelo edital torna-se elemento fundamental ao êxito do certame competitivo, pois não somente interferirá nas condições de participação das empresas e decisivamente na precificação a ser apresentada por estas, como também influenciará nos serviços, na prestação que poderá ser exigida da eventual contratada.

Há que se destacar a descrição do objeto licitado interferir, ainda, de forma incisiva nas condições de habilitação das licitantes. Exigências formuladas com o escopo de averiguar a capacidade, idoneidade e aptidão dos licitantes ao cumprimento da eventual avença.

Nessa esteira é o entendimento do Egrégio Tribunal de Contas da União, consagrado em sua Súmula 177:

Súmula 177 do TCU: “A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão”.

No caso em apreço, a objetividade na prescrição do objeto licitado não foi observada, conforme alhures já demonstrado.

Assim, atente-se que sem as especificações aqui requeridas, impedidos estão os licitantes de formular adequadamente sua proposta econômica, visto não disporem de elementos essenciais a nortear a precificação.

2.5 Da Inadequação Entre a Vigência da Ata de Registro de Preços e o Prazo Estendido de Execução Contratual, com Potencial Violação ao Planejamento Prévio e à Segurança Jurídica da Contratação

No edital e no Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 049/2025 observa-se que a Ata de Registro de Preços terá vigência padrão de 12 meses, com possibilidade de prorrogação, enquanto a execução contratual prevista para instalação, manutenção e suporte do sistema de videomonitoramento tende a possuir duração mais extensa e contínua. Essa estrutura contratual pode gerar desequilíbrio operacional e fragilidade jurídica se não houver demonstração técnica prévia que justifique a diferença entre o prazo de validade da Ata e o período necessário para execução integral dos serviços. O registro de preços é mecanismo destinado a atender demandas futuras e eventuais, mas não pode ser estruturado de maneira que comprometa a previsibilidade de fornecimento e a continuidade do serviço, sob pena de descumprir os princípios de planejamento, eficiência e economicidade.

Se a Ata vigora por 12 meses, mas a execução da infraestrutura, instalação de pontos, integrações de rede e manutenção lógica exigem período maior para implementação plena, o Município corre o risco de enfrentar interrupções contratuais, dificuldades de continuidade técnica e necessidade de novos certames ou aditivos emergenciais. Isso fragiliza o objeto e pode elevar custos, pois o fornecedor, ao não saber por quanto tempo será convocado a executar serviços, tende a precificar de forma conservadora e onerosa. Do ponto de vista jurídico, uma Ata com prazo inferior ao necessário para execução dos serviços nela previstos configura planejamento insuficiente, o que viola diretamente o disposto nos arts. 6º, XXIII, e 40 da Lei 14.133/2021, que exigem definição prévia e

coerente do objeto, incluindo prazos compatíveis com sua natureza.

Ademais, a desconexão temporal entre Ata e execução contratual gera insegurança e pode representar restrição indireta à competitividade. Empresas com maior conhecimento interno ou proximidade técnica podem entender previamente que a execução se estenderá além do prazo da Ata, ajustando estratégias comerciais e estruturais de forma antecipada, o que coloca licitantes externos em desvantagem informacional. Assim, o certame passa a correr risco de assimetria concorrencial, afrontando o princípio da isonomia (art. 5º, Lei 14.133/2021). Em síntese, a previsão de uma Ata potencialmente insuficiente para suportar o ciclo total de manutenção e implementação do sistema demonstra falta de alinhamento temporal entre o planejamento e a execução, recomendando-se retificação do edital para garantir compatibilidade entre vigência, execução e continuidade operacional do serviço.

3. DO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA

“A atividade administrativa deve orientar-se para alcançar resultado de interesse público.” (6ª T. – RMS n. 5.590/95-DF – Rel. Min. Vicente Cernicchiaro, DJU 10.06.96, p. 20.396). Na visão de Paulo Modesto, determinou o constituinte originário a observância da eficiência no art. 70, o qual explicita as atribuições do Tribunal de Contas da União, quando menciona a fiscalização da legitimidade e economicidade e também no art. 71, quando possibilita a realização de auditorias operacionais.

Hely Lopes Meirelles, antes mesmo da EC 19/98, já dava importância ao chamado "dever de eficiência", que na sua visão era "o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros".

Sobre o princípio como norma de Direito, ensina Celso Antônio Bandeira de Mello em sua clássica lição:

Princípio é, por definição, mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas, compondo-lhes o espírito e servindo de critério para a sua exata compreensão e inteligência, exatamente por definir a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido harmônico. É o conhecimento dos princípios que preside a intelecção das diferentes partes componentes do todo unitário que há por nome sistema jurídico positivo.

E reforça:

Violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra. Isto porque, com ofendê-lo, abatem-se as vigas que o sustentam e alui-se toda a estrutura nelas esforçada. (BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 30ª edição, 2013, p. 54).

Ademais, não basta ao administrador o cumprimento da Lei, sendo imperioso considerar a eficiência não apenas como uma das suas facetas, mas como princípio independente. Há necessidade, além da ação ser embasada na Lei, que essa seja executada com presteza, celeridade, qualidade, precisão, perfeição, economicidade e muitos outros adjetivos decorrentes do princípio da eficiência.

Salienta Vladimir Rocha França:

A eficiência, a nosso ver, constitui sim princípio jurídico da administração pública, que, junto aos demais princípios constitucionais do regime jurídico-administrativo, impõe o dever da boa administração. Não se pode conceber uma administração pública que não tenha a obrigação de ser diligente e criteriosa na busca e efetivação do interesse público consagrado em lei. O princípio da eficiência administrativa tem bastante relevância quando se apura o respeito à ordem jurídica quando se está diante da discricionariedade administrativa" (ROCHA FRANÇA, Vladimir. Eficiência Administrativa da Constituição Federal. Revista dos Tribunais, vol. 777, p. 743, Jul/2000).

Vê-se, pois, que não há como admitir que a eficiência não é princípio ou apenas uma faceta do princípio da legalidade. "Qualquer que seja a nuance escolhida, porém, a eficiência apresenta-se como princípio fundamental, ao lado dos demais já consagrados constitucionalmente." E, portanto, sua observância é imperiosa.

A respeito disso, verifica-se que o presente certame, também, desrespeitou o Princípio da Eficiência mormente por omissão da definição do objeto e composição com itens inexistentes, restringindo a participação de licitantes e impedindo um maior número de propostas, as quais, por óbvio, quando em maior quantidade, aumentam a possibilidade de melhores propostas, com valores mais baixos, e conseqüentemente, maiores economicidade e eficiência à licitação.

4. PEDIDOS.

Em face do exposto, requer-se seja a presente IMPUGNAÇÃO conhecida e provida, com efeito de suspender e reformar o Edital.

Nestes Termos, Pede Deferimento.

Vila Velha- Espirito Santo, 09/12/2025

Agenor Soares Dutra
Gerente Relacionamento
CPF 682.215.337-34
agenor.dutra@ayko.tech
tel (27) 99787-3399

Documento assinado digitalmente
gov.br **AGENOR SOARES DUTRA**
Data: 09/12/2025 21:00:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

AYKO TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 05.805.349/0001-14

NIRE: 32201077783

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes abaixo:

“AYKO HOLDING E PARTICIPAÇÕES LTDA”, estabelecida na Rua Inácio Higino, nº 996, 2º andar, Centro Comercial Heitor de Oliveira, Praia da Costa, Vila Velha/ES, CEP 29.101-430, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo - JUCEES sob o nº 32202730057, em 25/02/2021, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 41.004.473/0001-44, neste ato representada pelo seus Diretores **FELIPE ANDRÉ TEIXEIRA MARTIN**, nacionalidade brasileira, nascido em 07/01/1975, natural do Rio de Janeiro/RJ, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, pós-graduado em finanças, portador da Carteira de Identidade nº 740.741 SSP/ES, inscrito no CPF sob o nº 020.337.417-70, filho de Adilson Luiz Martin e Maria José Teixeira Martin, residente e domiciliado na Rua Taciano Abaurre, nº 30, Edifício Novitá, Apto. 704, Enseada do Suá, Vitória, Estado do Espírito Santo, CEP.: 29.050-470 e **GIUSEPPE KENJI NAGATANI FEITOZA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, engenheiro de computação, natural de Vila Velha/ES, nascido em 04/09/1976, residente e domiciliado na Rua Luiza Grinalda, nº 302, Centro, Vila Velha, Espírito Santo, CEP 29100-240, portador do RG nº 1.260.902-ES SSP/ES, emitida em 22/12/1992 e do CPF nº 034.584.867-55.

Única sócia componente da sociedade limitada, denominada **“AYKO TECNOLOGIA LTDA”**, estabelecida à Rua Inácio Higino, nº 994, Edifício Tech Tower, Praia da Costa, Vila Velha/ES, CEP: 29.101-430, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo - JUCEES sob o nº 32201077783, em 05/08/2003, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 05.805.349/0001-14 (**“Sociedade”**), resolve alterar o contrato social de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

I. APROVAÇÃO DO PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO

1.1. A sócia decide APROVAR o **INSTRUMENTO DE PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE INCORPORAÇÃO DA SOCIEDADE LIMITADA “AYKO CYBER SEGURANÇA LTDA”** PELA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA **“AYKO TECNOLOGIA LTDA”**, firmado em 30 de janeiro de 2025 entre a Sociedade e a **AYKO CYBER SEGURANÇA LTDA**, com sede na Rua Inácio Higino, nº 994, 2º andar, Praia da Costa, Vila Velha/ES, CEP 29101-430, inscrita no CNPJ sob o nº 25.328.763/0001-97, com seus atos constitutivos arquivados na JUCEES sob o NIRE 32201870688, doravante referida como **“Incorporada”**, o qual prevê os termos, justificativas e condições da incorporação da Incorporada pela Sociedade, com a consequente extinção da Incorporada (**“Incorporação”**), cuja cópia encontra-se anexa ao presente instrumento como seu **Anexo I**.

II. APROVAÇÃO E RATIFICAÇÃO DA EMPRESA AVALIADORA

2.1. A sócia decide APROVAR e RATIFICAR a contratação da **INTELETHOS Consultoria & Treinamentos Ltda.**, sociedade limitada, com sede na Rua José Penna Medina, nº 195, Sala 903, Praia da Costa, na Cidade de Vila Velha, estado do Espírito Santo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.260.051/0001-86, e no CRC-ES sob nº 5.355/O-5 (**“Empresa Avaliadora”**), para a elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da Incorporada, com data base de 31 de dezembro de 2024, para fins da sua respectiva Incorporação (**“Laudo de Avaliação”**).

III. APROVAÇÃO DO LAUDO DE AVALIAÇÃO

3.1. A sócia decide APROVAR o Laudo de Avaliação da Incorporada, em todos os seus conteúdos, emitido em 30 janeiro de 2025 pela Empresa Avaliadora, cuja cópia é parte integrante do Protocolo e Justificação, integrando o presente instrumento como seu **Anexo II**, a serem arquivados na sede social da Sociedade, o qual é baseado nos valores contábeis dos bens, direitos e obrigações da Incorporada na data de 31 de dezembro de 2024, tendo apurado o valor total do patrimônio líquido da Incorporada de R\$ 4.636.953,88 (quatro milhões,

AYKO TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 05.805.349/0001-14

NIRE: 32201077783

seiscentos e trinta e seis mil, novecentos e cinquenta e três reais e oitenta e oito centavos), a serem inteiramente incorporados pela Sociedade.

IV. APROVAÇÃO DA INCORPORAÇÃO

4.1. A sócia decide APROVAR a Incorporação da **AYKO CYBER SEGURANÇA LTDA**, nos termos estabelecidos no Protocolo e Justificação e em conformidade com os artigos 1.116 e 1.118 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), com a consequente extinção da Incorporada, que será integralmente sucedida pela Sociedade em todos os seus respectivos ativos, passivos, direitos e obrigações, na forma da lei.

4.2. Em razão da Incorporação e da consequente extinção da Incorporada, conforme deliberações do item 4.1, a totalidade das quotas representativas do capital social da Incorporada são nesta data canceladas.

V. AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DA SOCIEDADE EM DECORRÊNCIA DA INCORPORAÇÃO

5.1. Em vista à Incorporação, com a consequente extinção da Incorporada, conforme deliberações do item 4.1, a sócia decide aumentar o capital social da Sociedade de R\$ 1.307.509,00 (um milhão, trezentos e sete mil, quinhentos e nove reais) para R\$ 5.944.462,00 (cinco milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e dois reais), em razão da soma dos valores do patrimônio líquido contábil da Incorporada, conforme apurado no respectivo Laudo de Avaliação, mediante a criação de 4.636.953 (quatro milhões, seiscentas e trinta e seis mil, novecentas e cinquenta e três) novas quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, todas, nesta data, subscritas e integralizadas pela sócia **AYKO HOLDING E PARTICIPAÇÕES LTDA**, com a versão do patrimônio líquido da Incorporada correspondente às quotas ora referidas.

VI. ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA 5ª DO CONTRATO SOCIAL

6.1. Tendo em vista a deliberação do item V, acima, a Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade passa a vigorar com a seguinte redação, a partir da presente data:

Cláusula 5ª. *O capital social é de R\$ 5.944.462,00 (cinco milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e dois reais), dividido em 5.944.462 (cinco milhões, novecentas e quarenta e quatro mil, quatrocentas e sessenta e duas), quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas, sendo distribuídas da seguinte forma:*

SÓCIO	QUOTAS	R\$	%
AYKO HOLDING E PARTICIPAÇÕES LTDA	5.944.462	5.944.462,00	100%
TOTAL	5.944.462	5.944.462,00	100%

§Único. *A responsabilidade do sócio é restrita ao valor de suas quotas, respondendo solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do Artigo 1.052 do Código Civil Brasileiro aprovado pela Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002.*

VII. AUTORIZAÇÃO DOS ADMINISTRADORES PARA A PRÁTICA DE TODOS OS ATOS NECESSÁRIOS

7.1. A **AYKO HOLDING E PARTICIPAÇÕES LTDA**, na qualidade de única sócia da Sociedade, desde já AUTORIZA os Diretores da Sociedade a assinarem todos e quaisquer documentos e/ou instrumentos necessários, bem como a praticarem todos e quaisquer atos que se façam necessários para efetivar as deliberações tomadas no

AYKO TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 05.805.349/0001-14

NIRE: 32201077783

presente instrumento de alteração do Contrato Social da Sociedade, perante todos e quaisquer órgãos, públicos ou não.

AYKO TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 05.805.349/0001-14

NIRE: 32201077783

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**AYKO TECNOLOGIA LTDA**

CNPJ: 05.805.349/0001-14

NIRE: 32201077783

I. DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FORO

Cláusula 1ª A sociedade empresária limitada gira sob a denominação social de “AYKO TECNOLOGIA LTDA”, regendo-se pelo presente contrato, pelas disposições contidas no Código Civil aprovado pela Lei 10.406/2002 e supletivamente, no que couber, pelas normas contidas na Lei 6.404/79 e suas alterações.”.

Cláusula 2ª A sede social está estabelecida na Rua Inácio Higino, nº 994, Edifício Tech Tower, Praia da Costa, Vila Velha/ES, CEP: 29.101-430, tendo por Foro o mesmo município e comarca de Vila Velha/ES.

II. DO OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO

Cláusula 3ª A Sociedade tem como objeto social:

- a. CNAE 62.09-1/00 – Suporte técnico, manutenção e serviços em tecnologia da informação;
- b. CNAE 63.11-9/00 – Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet;
- c. CNAE 61.90-6/01 – Provedores de acesso às redes de comunicações;
- d. CNAE 61.90-6/99 – Atividades de telecomunicações;
- e. CNAE 61.30-2/00 – Telecomunicações por satélite;
- f. CNAE 61.10-8/03 – Serviços de comunicação multimídia – SCM;
- g. CNAE 46.51-6/01 – Comércio atacadista de equipamentos de informática;
- h. CNAE 46.51-6/02 – Comércio atacadista de suprimentos para informática;
- i. CNAE 46.52-4/00 – Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação;
- j. CNAE 62.03-1/00 – Desenvolvimento e Licenciamento de programas de computadores não customizáveis;
- k. CNAE 62.04-0/00 – Consultoria em tecnologia da informação;
- l. CNAE 62.02-3/00 – Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis;
- m. CNAE 63.99-2/00 – Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente;
- n. CNAE 78.20-5/00 – Locação de mão de obra temporária;
- o. CNAE 82.20-2/00 – Atividades de teleatendimento;
- p. CNAE 46.14-1/00 – Representantes comercial e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves;
- q. CNAE 46.19-2/00 – Representantes comercial e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado;
- r. CNAE 77.33-1/00 – Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios;

Cláusula 4ª A duração desta sociedade é por tempo indeterminado podendo extinguir-se a qualquer tempo, **se assim convier às partes contratantes**, com início em 05/08/2003.

III. DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula 5ª O capital social é de R\$ 5.944.462,00 (cinco milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e dois reais), dividido em 5.944.462 (cinco milhões, novecentas e quarenta e quatro mil, quatrocentas e sessenta e duas), quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas, sendo distribuídas da seguinte forma:

AYKO TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 05.805.349/0001-14

NIRE: 32201077783

Sócio	QUOTAS	R\$	%
AYKO HOLDING E PARTICIPAÇÕES LTDA	5.944.462	5.944.462,00	100%
TOTAL	5.944.462	5.944.462,00	100%

§Único. A responsabilidade do sócio é restrita ao valor de suas quotas, respondendo solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do Artigo 1.052 do Código Civil Brasileiro aprovado pela Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

IV. DAS DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS

Cláusula 6ª Em virtude da admissão da **AYKO HOLDING E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, que através da presente alteração do contrato social passou a ser a única sócia dessa sociedade, as deliberações sociais, além daquelas previstas na legislação, observarão o disposto no contrato social e/ou no acordo de quotista da **AYKO HOLDING E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, que, nos termos do art. 1.097 e 1098 do Código Civil passa a ser a controladora dessa sociedade.

V. DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula 7ª A administração da sociedade competirá à **DIRETORIA EXECUTIVA**, de acordo com as atribuições, poderes conferidos e responsabilidades previstos pela legislação aplicável, pelo presente **Contrato social** e/ou pelo **ACORDO DE QUOTISTAS**.

§1º. Os membros da **DIRETORIA** são responsáveis, civil e penalmente, pelos prejuízos causados com culpa ou dolo e pelos atos praticados com violação da lei, do **CONTRATO SOCIAL** ou do **ACORDO DE QUOTISTA** nos termos da legislação.

§2º. A **DIRETORIA EXECUTIVA** será composta de, no mínimo 01 (um) e no máximo 05 (cinco), sócios ou não sócios, eleitos em **REUNIÃO DE SÓCIOS** com prazo de mandato de **3 (três anos)**, permitida a reeleição.

§3º. O exercício do cargo de administrador e/ou **DIRETOR** cessa pela destituição, que poderá ser realizada a qualquer tempo através de deliberação dos sócios, do titular, ou pelo término do prazo estabelecido no *caput* desta Cláusula, se não houver reeleição.

§4º. A **DIRETORIA** poderá ser composta por pessoas físicas, sejam eles sócios ou não sócios.

§5º. Inicialmente, a **DIRETORIA** será composta pelos seguintes membros:

- a. **DIRETOR PRESIDENTE (CEO¹):** Giuseppe Kenji Nagatani Feitoza, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, engenheiro de computação, nascido em 04/09/1976, portador do RG 1.260.902 SSP/ES, inscrito no CPF 034.584.867-55, residente e domiciliado na Rua Luiza Grinalda, nº 302, Centro, Vila Velha, Espírito Santo, CEP 29100-240;
- b. **DIRETOR FINANCEIRO (CFO²):** Felipe André Teixeira Martin, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, pós graduado em finanças, nascido em 07/01/1975, portador do RG 740.741 SSP/ES, inscrito no CPF 020.337.417-70, residente e domiciliado na Rua Taciano Abaurre, nº 30, Ed. Novitá, Ap. 704, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29050-470;
- c. **DIRETOR COMERCIAL (CCO³):** Fábio Castro de Almeida, brasileiro, solteiro, graduado em marketing e ciências contábeis. pós graduado em marketing e Gestão Comercial, nascido em Salvador em 10/11/1980, portador do RG 09808055-54 SSP/BA, inscrito no CPF 806.316.225-00, residente na Rua Carolina Leal, 335, Centro, Vila Velha/ES – CEP 29100-510;
- d. **DIRETOR TÉCNICO (CTO⁴):** David Bernard James Feeley, nacionalidade Britânica, solteiro, consultor de informática, portador da RNE V974712-0, Classificação Permanente, Validade

¹ CEO (Chief Executive Officer)

² CFO (Chief Financial Officer)

³ CCO (Chief Commercial Officer)

⁴ CTO (Chief Technical Officer)

AYKO TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 05.805.349/0001-14

NIRE: 32201077783

14/11/2025, órgão expedidor CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF 060.100.737-90, residente e domiciliado na Rua Gastão Roubach, nº 250, Apto. 802, Praia da Costa, Vila Velha/ES, CEP 29101-020;

- e. **DIRETOR DE OPERAÇÕES (COO⁵):** Guilherme Antônio Paizante Iglesias, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 30/09/1989, portador da CNH 04258808767-DETRAN/ES, inscrito no CPF 121.717.657-80, residente e domiciliado na Rua Rio Branco, 123, Apto 203, Praia da Costa, Vila Velha/ES, CEP 29101-130.

Cláusula 8ª Os membros da **DIRETORIA EXECUTIVA**, declaram, que inexistem quaisquer impedimentos de ordem legal que vedem o exercício da atividade mercantil, bem como, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula 9ª Os demais membros da **DIRETORIA**, se for o caso, serão escolhidos através de **DELIBERAÇÃO DOS SÓCIOS** e deverão ser investidos nos seus cargos mediante assinatura do termo de posse.

Cláusula 10ª As reuniões da **DIRETORIA** poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação, sendo que tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da **DIRETORIA** deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico.

Cláusula 11ª A **DIRETORIA EXECUTIVA** se reveste de todos os poderes necessários à prática de atos que visem ao perfeito funcionamento da sociedade, devendo aqueles que lhe criem obrigações e responsabilidades, bem como aqueles que exonerem terceiros dessas mesmas responsabilidades e obrigações, ser assinados, em conjunto, por pelo menos 2 (dois) membros da **DIRETORIA**.

Cláusula 12ª Os procuradores que forem constituídos para a prática de atos com poderes da **Cláusula "ad iudicia et extra"** serão constituídos, em conjunto, por pelo menos 2 (dois) membros da **DIRETORIA**.

Cláusula 13ª Pelo exercício da administração os membros da **DIRETORIA** poderão receber, a título de "pro labore", uma remuneração mensal, cujo valor deverá ser fixado em deliberação pelos sócios e/ou no acordo de quotista.

Cláusula 14ª São expressamente vedados, sendo nulos e ineficazes em relação à Sociedade, quaisquer atos praticados por Diretores, procuradores ou empregados em operações ou negócios estranhos ao objeto social, tais como a prestação de aval, fiança, hipoteca, caução, penhor, endosso, alienação fiduciária ou quaisquer outras garantias, sem que tenham sido prévia e expressamente aprovados pelos sócios.

VI. DO CONSELHO FISCAL

Cláusula 15ª A sociedade poderá instituir o Conselho Fiscal a qualquer tempo, composto por três membros efetivos e suplentes, sócios ou não, vedada a participação de administradores, eleitos e destituídos pela reunião de sócios.

VII. DO EXERCÍCIO SOCIAL, LUCROS E SUA DISTRIBUIÇÃO

Cláusula 16ª O exercício social encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que serão

⁵ COO (Chief Operating Officer)

AYKO TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 05.805.349/0001-14

NIRE: 32201077783

levantados balanço patrimonial, a demonstração do resultado e demais demonstrações previstas em Lei.

Cláusula 17ª Em até 4 (quatro) meses seguintes ao final de cada exercício social, sócios tomarão as contas dos administradores e decidirão sobre sua aprovação e destinação dos lucros ou perdas.

Cláusula 18ª A DIRETORIA EXECUTIVA deverá colocar à disposição dos sócios, o balanço patrimonial e a demonstração de resultados, ao menos, 30 (trinta) dias antes da reunião que aprovará as contas dos administradores.

Cláusula 19ª Os lucros ou perdas, apurados pela Sociedade serão distribuídos aos sócios, total ou parcialmente, na proporção de suas respectivas participações no capital social e/ou de forma desproporcional, de acordo com outro critério estabelecido mediante deliberação de sócios.

Cláusula 20ª Parte ou totalidade dos lucros apurados poderá, a critério dos sócios, ser transferidos para distribuição ou aplicação posterior.

VIII. DA REGÊNCIA SUPLETIVA

Cláusula 21ª Nos casos de omissão, naquilo que couber, a sociedade será regida supletivamente pela Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas).

Cláusula 22ª A Sociedade observará os **Acordos de Quotistas da sociedade e da Sócia AYKO HOLDING E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, aplicando nesse sentido de forma supletiva o disposto no art. 118 da 6.404/1976, sendo expressamente vedado acatar declaração de voto de qualquer quotista, signatário dos **Acordos de Quotistas**, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo.

IX. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 23ª As questões atinentes à Cessão de Quotas, Sucessão, Exclusão de Sócios e Apuração de Haveres obedecerão ao disposto no Contrato Social e Acordo de Quotistas da sócia **AYKO HOLDING E PARTICIPAÇÕES LTDA.**

Cláusula 24ª A sócia e os administradores declaram sob as penas da Lei que, não estão condenados em nenhum dos crimes previstos no parágrafo 1º, Artigo 1011 da Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2002, quais sejam: condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, por crime falimentar, prevaricação, suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação.

E por estarem assim ajustados, assinam o presente contrato em 01 (uma) via, sendo arquivada na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo.

Vila Velha/ES 30 de janeiro de 2025.

GIUSEPPE KENJI NAGATANI FEITOZA
VRHP – AYKO HOLDING E PARTICIPAÇÕES LTDA
DIRETOR PRESIDENTE

FELIPE ANDRÉ TEIXEIRA MARTIN
VRHP – AYKO HOLDING E PARTICIPAÇÕES LTDA
DIRETOR FINANCEIRO

INSTRUMENTO DE PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE INCORPORAÇÃO DA SOCIEDADE LIMITADA “AYKO CYBER
SEGURANÇA LTDA” PELA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA “AYKO TECNOLOGIA LTDA”

Pelo presente instrumento:

1. **AYKO TECNOLOGIA LTDA.**, com sede na Rua Inácio Higino, nº 994, Edifício Tech Tower, Praia da Costa, Vila Velha/ES, CEP: 29.101-430, inscrita no CNPJ sob o nº 05.805.349/0001-14, com seus atos constitutivos arquivados na JUCEES sob o NIRE 32201077783, neste ato representada nos termos de seu Contrato Social, por seus Diretores, **Giuseppe Kenji Nagatani Feitoza**, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, engenheiro de computação, nascido em 04/09/1976, portador do RG 1.260.902 SSP/ES, inscrito no CPF 034.584.867-55, residente e domiciliado na Rua Luiza Grinalda, nº 302, Centro, Vila Velha, Espírito Santo, CEP 29100-240, e **Felipe André Teixeira Martin**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, pós graduado em finanças, nascido em 07/01/1975, portador do RG 740.741 SSP/ES, inscrito no CPF 020.337.417-70, residente e domiciliado na Rua Taciano Abaurre, nº 30, Ed. Novitá, Ap. 704, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29050-470, doravante denominada simplesmente como “Incorporadora”; e
2. **AYKO CYBER SEGURANÇA LTDA.**, com sede na Rua Inácio Higino, nº 994, 2º andar, Praia da Costa, Vila Velha/ES, CEP 29101-430, inscrita no CNPJ sob o nº 25.328.763/0001-97, com seus atos constitutivos arquivados na JUCEES sob o NIRE 32201870688, neste ato representada nos termos de seu Contrato Social, por seus Diretores, **Giuseppe Kenji Nagatani Feitoza** e **Felipe André Teixeira Martin**, já qualificados, doravante denominada simplesmente como “Incorporada”, e, em conjunto com a Incorporadora, denominadas “Sociedades”;

E, ainda, na qualidade de interveniente anuente, na operação, a sócia das Sociedades,

3. **AYKO HOLDING E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, com sede na Rua Inácio Higino, nº 996, 2º andar, Praia da Costa, Vila Velha, ES, CEP 29101-430, inscrita no CNPJ sob o nº 41.004.473/0001-44, com seus atos constitutivos arquivados na JUCEES sob o NIRE 32202730057, neste ato representada nos termos de seu Contrato Social, por seus Diretores, **Giuseppe Kenji Nagatani Feitoza** e **Felipe André Teixeira Martin**, já qualificados, doravante denominada simplesmente como “Interveniente Anuente”

Têm entre si certo e ajustado celebrar o presente “*Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação da Ayko Cyber Segurança Ltda pela Ayko Tecnologia Ltda*” (“Protocolo”), para indicar os motivos, bem como estabelecer os termos e condições que deverão reger a incorporação da Incorporada pela Incorporadora, de acordo com as disposições aplicáveis dos artigos 225 a 229 da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), bem como de acordo com os artigos 1.116, 1.117 e 1.122 da Lei nº 10.406/2002 (“Código Civil”).

1. DAS SOCIEDADES ENVOLVIDAS (CARACTERÍSTICAS)

1.1. A Incorporadora é uma sociedade empresária limitada atuante no segmento de tecnologia da

INSTRUMENTO DE PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE INCORPORAÇÃO DA SOCIEDADE LIMITADA “AYKO CYBER
SEGURANÇA LTDA” PELA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA “AYKO TECNOLOGIA LTDA”

informação, telecomunicações, comércio atacadista de equipamentos tecnológicos, e oferece serviços de consultoria, suporte técnico, desenvolvimento de software, teleatendimento, dentre outras atividades, cujo capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 1.307.509,00 (um milhão, trezentos e sete mil, quinhentos e nove reais), dividido em 1.307.509 (um milhão, trezentos e sete mil, quinhentas e nove) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real).

- 1.2. A Incorporada é uma sociedade empresária limitada atuante no mesmo segmento de tecnologia da informação com ênfase em cibersegurança, além de oferecer suporte técnico, desenvolvimento de software, consultoria, e serviços, cujo capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), dividido em 45.000 (quarenta e cinco mil) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

2. JUSTIFICAÇÃO

- 2.1. O objetivo da incorporação da Incorporada pela Incorporadora, como proposta neste Protocolo, é promover a unificação das atividades e da administração das Sociedades, da qual resultarão a redução de custos administrativos, comerciais e financeiros, bem como a racionalização de trabalho, operações e metas de organização, considerando as sinergias já existentes.
- 2.2. Pelos motivos acima expostos, as administrações das Sociedades decidem submeter à deliberação de seus sócios esta proposta de incorporação da Incorporada pela Incorporadora, a qual, se aprovada, obedecerá aos procedimentos e condições descritos abaixo.

3. ELEMENTOS PATRIMONIAIS A SEREM VERTIDOS

- 3.1. Como resultado da incorporação da Incorporada pela Incorporadora, a totalidade do acervo líquido da Incorporada será transferida à Incorporadora, ou seja, todos os elementos do ativo e do passivo da Incorporada, conforme balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2024 (“Data Base”).
- 3.2. Como consequência da versão da totalidade do acervo líquido da Incorporada à Incorporadora, a Incorporada será extinta no ato da incorporação.

4. AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO A SER VERTIDO

- 4.1. Base da Avaliação. Os elementos patrimoniais da Incorporada a serem vertidos para a Incorporadora, para fins da incorporação da Incorporada, serão avaliados com base no seu valor patrimonial contábil, apurado com base no balanço levantado na Data Base.
- 4.2. Empresa de Avaliação. O laudo de avaliação do acervo líquido da Incorporada a ser vertido à

INSTRUMENTO DE PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE INCORPORAÇÃO DA SOCIEDADE LIMITADA “AYKO CYBER
SEGURANÇA LTDA” PELA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA “AYKO TECNOLOGIA LTDA”

Incorporadora (“Laudo de Avaliação”), conforme o disposto no Art. 226 da Lei das Sociedades por Ações, foi preparado pela **INTELETHOS Consultoria & Treinamentos Ltda.**, sociedade limitada, com sede na Rua José Penna Medina, nº 195, Sala 903, Praia da Costa, na Cidade de Vila Velha, estado do Espírito Santo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.260.051/0001-86, e no CRC-ES sob nº 5.355/O-5 (“Empresa Especializada”), o qual passa a fazer parte integrante e indissociável do presente Protocolo para os devidos fins de direito, nos termos do **Anexo I**. A Empresa Especializada declarou (i) não possuir qualquer conflito ou comunhão de interesses, real ou potencial, com as Sociedades e seus sócios ou no tocante à própria incorporação, e (ii) que os sócios e administradores das Sociedades não praticaram qualquer ato que possa ter comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para a qualidade das respectivas conclusões.

- 4.2.1. Nos termos do artigo 1.117 e seguintes, do Código Civil, e, subsidiariamente, artigo 227, § 1º da Lei das Sociedades por Ações, a indicação da Empresa Especializada será submetida à ratificação pelos sócios da Incorporadora.
- 4.3. Tendo sido previamente informada sobre sua indicação como avaliadora, a Empresa Especializada determinou, com base no balanço levantado na Data Base, que o valor do acervo líquido patrimonial contábil da Incorporada é de R\$ 4.636.953,88 (quatro milhões, seiscentos e trinta e seis mil, novecentos e cinquenta e três reais e oitenta e oito centavos).
- 4.4. Variações Patrimoniais. Eventuais variações patrimoniais sofridas pelo acervo líquido da Incorporada, entre a Data Base e a data da efetiva realização da operação de incorporação, serão absorvidas pela Incorporadora.
- 4.5. Capital Social da Incorporadora. Com a incorporação, o capital social da Incorporadora será de R\$ 5.944.462,00 (cinco milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e dois reais), dividido em 5.944.462 (cinco milhões, novecentas e quarenta e quatro mil, quatrocentas e sessenta e duas), quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

5. ATOS SOCIETÁRIOS

- 5.1. Serão realizadas uma Reunião de Sócios da Incorporadora e uma Reunião de Sócios da Incorporada para apreciação e deliberação a respeito da aprovação da incorporação prevista neste Protocolo, com a consequente transferência do patrimônio da Incorporada à Incorporadora e extinção da Incorporada. A Reunião de Sócios da Incorporadora aprovará o texto da alteração contratual que aprova os atos de incorporação e extingue a Incorporada, os quais serão arquivados nos órgãos de registro da empresa.
- 5.2. Não há que se falar em direito de recesso aos sócios da Incorporadora e da Incorporada, no contexto da incorporação, uma vez que se trata de sociedades limitadas que têm apenas a

INSTRUMENTO DE PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE INCORPORAÇÃO DA SOCIEDADE LIMITADA “AYKO CYBER
SEGURANÇA LTDA” PELA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA “AYKO TECNOLOGIA LTDA”

Interveniente anuente como sócia. Desta forma, também não há que se falar em sócios dissidentes, e, por consequência, de valor de reembolso de sócio da Incorporadora em decorrência da incorporação.

- 5.3. As Sociedades comprometem-se a realizar os demais atos societários que se fizerem necessários à perfeita regularização do estabelecido neste Protocolo, uma vez aprovado pelos sócios das Sociedades.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 6.1. Sucessão em Direitos e Obrigações. A Incorporadora assumirá as responsabilidades, ativas e passivas, relativas ao patrimônio da Incorporada, que lhe serão transferidas nos termos deste instrumento.
- 6.2. Implementação. Competirá à administração das Sociedades praticar todos os atos, registros e averbações necessárias para a implementação da Incorporação, caso essa venha a ser aprovada.
- 6.3. Alteração. Este Protocolo e Justificação somente poderá ser alterado por meio de instrumento escrito assinado pelas Sociedades.
- 6.4. Nulidade e Ineficácia. A eventual declaração por qualquer tribunal de nulidade ou a ineficácia de qualquer das avenças contidas neste Protocolo e Justificação não prejudicará a validade e eficácia das demais, que serão integralmente cumpridas, obrigando-se as Sociedades a envidar seus melhores esforços de modo a ajustar-se validamente para obter os mesmos efeitos da avença que tiver sido anulada ou tiver se tornado ineficaz.
- 6.5. Renúncia. A falta ou o atraso de qualquer das Sociedades em exercer qualquer de seus direitos neste Protocolo e Justificação não deverá ser considerado como renúncia ou novação e não deverá afetar o subsequente exercício de tal direito. Qualquer renúncia produzirá efeitos somente se for especificamente outorgada e por escrito.
- 6.6. Irrevogabilidade e Irretratabilidade. O presente Protocolo e Justificação é irrevogável e irretratável, sendo que as obrigações ora assumidas pelas Sociedades obrigam também seus sucessores a qualquer título.
- 6.7. Cessão. É vedada a cessão de quaisquer dos direitos e obrigações pactuados no presente Protocolo e Justificação sem o prévio e expresso consentimento, por escrito, das Sociedades.
- 6.8. Custos e despesas. Todos os custos e despesas relativos à operação serão arcados integralmente pela Incorporadora.

INSTRUMENTO DE PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE INCORPORAÇÃO DA SOCIEDADE LIMITADA “AYKO CYBER
SEGURANÇA LTDA” PELA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA “AYKO TECNOLOGIA LTDA”

- 6.9. Acordo Integral. Este Protocolo contém o acordo integral e final entre as partes sobre o seu objeto, substituindo todas as tratativas, negociações e entendimentos anteriores, provisórios ou definitivos, verbais ou escritos.
- 6.10. Lei Aplicável. Este Protocolo e Justificação será interpretado e regido pelas leis da República Federativa do Brasil.
- 6.11. Foro. As Sociedades e suas respectivas administrações elegem o foro da Comarca de Vila Velha, Estado do Espírito Santo, para dirimir eventuais divergências oriundas deste Protocolo e Justificação.

E assim, por estarem justos e contratados, os administradores e sócios das Sociedades assinam o presente Protocolo em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo, para todos os fins e efeitos legais.

Vila Velha/ES, 30 de janeiro de 2025.

AYKO TECNOLOGIA LTDA

Representada por Giuseppe Kenji Nagatani Feitoza e Felipe André Teixeira Martin
Incorporadora

AYKO CYBER SEGURANÇA LTDA

Representada por Giuseppe Kenji Nagatani Feitoza e Felipe André Teixeira Martin
Incorporada



LAUDO DE AVALIAÇÃO A VALOR CONTÁBIL

AYKO CYBER SEGURANÇA LTDA.

Janeiro de 2025

Laudo de Avaliação a Valor Contábil

Data base: 31 de dezembro de 2024.

Objeto: **AYKO CYBER SEGURANÇA LTDA.**, doravante denominada AYKO CYBER.

Sociedade empresária limita com sede na Rua Inácio Higino, nº 994, Andar 2, no bairro Praia da Costa na cidade de Vila Velha no estado do Espírito Santo, CEP: 29.101-430, inscrita no CNPJ sob nº 25.328.763/0001-97.

Objetivo: Determinar o valor contábil dos seus ativos líquidos (patrimônio líquido) nos termos da CTG 2002.

Índice

I.	Introdução	04
II.	Princípios e ressalvas	09
III.	Limitações de responsabilidade	11
IV.	Avaliação a valor contábil	13
V.	Conclusão	18
VI.	Referências bibliográficas	20
VII.	Anexo I – Balanço Patrimonial em 31/12/2024	22
VIII.	Anexo II – Principais políticas contábeis adotadas	24

I. Introdução

Alcance dos Trabalhos e Responsabilidades dos Avaliadores

A INTELETHOS - Consultoria & Treinamento Ltda., doravante denominada INTELETHOS, com sede na Rua José Penna Medina, nº 195, Sala 903, Praia da Costa, na Cidade de Vila Velha, estado do Espírito Santo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.260.051/0001-86, e no CRC-ES sob nº 5.355/O-5, foi contratada pela AYKO CYBER para determinar o valor contábil dos seus ativos líquidos (patrimônio líquido) nos termos da CTG 2002.

A responsabilidade dos avaliadores é a de expressar uma conclusão sobre o valor contábil dos ativos líquidos (patrimônio líquido) em **31 de dezembro de 2024**, com base nos trabalhos conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico CTG 2002, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que prevê a aplicação de procedimentos de exame no balanço patrimonial para emissão de laudo de avaliação contábil.

Assim, na elaboração deste laudo de avaliação, foram utilizados dados e informações fornecidos pela administração da AYKO CYBER, na forma de documentos e entrevistas verbais. As análises realizadas neste processo estão baseadas nos documentos e informações, os quais incluem, entre outros, os seguintes:

- Balancete analítico da AYKO CYBER em 31 de dezembro de 2024;
- Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado da AYKO CYBER em 31 de dezembro de 2024;
- Razão contábil de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento dos avaliadores, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante no patrimônio líquido contábil, independentemente se causada por fraude ou erro.

Alcance dos Trabalhos e Responsabilidades dos Avaliadores

Nessa avaliação de riscos, os avaliadores consideraram os controles internos relevantes para a elaboração do balanço patrimonial da AYKO CYBER para planejar os procedimentos que são apropriados nas circunstâncias, mas, não, para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da AYKO CYBER.

O trabalho inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração da AYKO CYBER.

As demonstrações contábeis, balancetes e demais informações utilizadas neste laudo de avaliação foram fornecidos pela Administração da AYKO CYBER sem qualquer restrição. As mesmas informações não foram auditadas pelos avaliadores da INTELETHOS nem por terceiros.

Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

Equipe Técnica

A equipe de consultores da INTELETHOS responsável pela realização deste trabalho foi constituída pelo seguinte profissional:

Eduardo José Zanoteli, Dr., ICVS

- Sócio da Intelethos – Consultoria & Treinamento Ltda.
- Doutor em Finanças pela UFMG.
- Mestre em Administração pela UFMG.
- Especialista em Ciências Contábeis pela FGV.
- Bacharel em Ciências Contábeis pela UVV.
- Professor Adjunto da UFES (licenciado).
- Professor pesquisador convidado do NUFI e do NEGEC do CEPEAD/UFMG.
- Avaliador certificado – *International Certified Valuation Specialist* (ICVS).
- Membro do *International Association of Consultants, Valuators and Analysts* (IACVA).
- Membro de Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria de empresas listadas na B3.
- Coautor do livro *Contabilidade das Pequenas e Médias Empresas* (Elsevier).
- Coautor do livro *Estrutura Conceitual na Prática* (Artmed).
- Palestrante e conferencista em diversos eventos nacionais e regionais.

Responsabilidade da Administração sobre as Informações Contábeis

A administração da AYKO CYBER é responsável pela escrituração dos livros e elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis brasileiras, assim como pelos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de tais informações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela AYKO CYBER está descrito no Anexo II deste laudo de avaliação.

II. Princípios e Ressalvas

Princípios e Ressalvas

As informações a seguir são importantes e devem ser cuidadosamente lidas.

O trabalho desenvolvido e o presente laudo de avaliação obedeceram criteriosamente os princípios fundamentais descritos a seguir:

- Os consultores não têm interesse, direto ou indireto, nas empresas envolvidas, bem como não há qualquer outra circunstância relevante que possa caracterizar conflito de interesses.
- Os honorários profissionais da INTELETHOS não estão, de forma alguma, sujeitos às conclusões deste laudo de avaliação.
- No melhor conhecimento e crédito dos avaliadores, as análises, opiniões e conclusões expressas no presente laudo de avaliação são baseadas em dados, diligências, pesquisas e levantamentos verdadeiros e corretos. Ademais, partimos do pressuposto de que não há ônus ou gravames de qualquer natureza entre as empresas.
- Assumem-se como corretas as informações recebidas de terceiros sendo que as fontes das mesmas estão contidas e citadas neste laudo de avaliação.
- Os cotistas não direcionaram, limitaram, dificultaram ou praticaram quaisquer atos que tenham ou possam ter comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para a qualidade das respectivas conclusões; os cotistas e seus administradores não determinaram as metodologias utilizadas para a elaboração das análises.
- O laudo de avaliação foi elaborado pela INTELETHOS e ninguém, a não ser os seus próprios avaliadores, preparou as análises e correspondentes conclusões.
- O presente laudo de avaliação atende a recomendações e critérios estabelecidos pela Lei nº 6.404/1976, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo Regulamento do Imposto de Renda (RIR) e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

III. Limitações de Responsabilidade

Limitações e Responsabilidades

- Para elaboração deste laudo de avaliação, a INTELETHOS utilizou informações e dados históricos não auditados, fornecidos por escrito pela administração da AYKO CYBER ou obtidos das fontes mencionadas. Sendo assim, a INTELETHOS assumiu como verdadeiros e coerentes os dados e informações obtidos para este laudo de avaliação e não tem qualquer responsabilidade com relação a sua veracidade.
- Não nos responsabilizamos por perdas ocasionais à AYKO CYBER e seus cotistas, diretores, credores ou a outras partes como consequência da utilização dos dados e informações fornecidos pelas empresas e constantes neste laudo de avaliação.
- Nosso trabalho foi desenvolvido unicamente para o uso da AYKO CYBER, visando ao objetivo já descrito. Portanto, este laudo de avaliação não deverá ser publicado, circulado, reproduzido, divulgado ou utilizado para outra finalidade que não a já mencionada, sem aprovação prévia e por escrito da INTELETHOS.
- As análises realizadas não refletem eventos e seus impactos, ocorridos após a data de emissão deste laudo de avaliação.
- A INTELETHOS não se responsabiliza por perdas diretas ou indiretas nem por lucros cessantes eventualmente decorrentes do uso indevido deste laudo de avaliação.
- Destacamos que a compreensão das conclusões apresentadas neste laudo de avaliação ocorre mediante a sua leitura integral e de seus anexos, não devendo, portanto, serem extraídas conclusões de sua leitura parcial, que podem ser incorretas ou equivocadas.

IV. Avaliação a Valor Contábil

Avaliação a Valor Contábil

Uma avaliação pelo valor contábil parte da premissa que os modelos contábeis de mensuração são confiáveis e adequados para mensurar (avaliar) os itens de patrimônio (ativo, passivo e patrimônio líquido) e de resultado (receitas e despesas), isso porque esses modelos foram desenvolvidos e aprimorados ao longo dos séculos, mais especificamente nas últimas décadas, pela ciência contábil e são amplamente utilizados ao redor do mundo como fonte de informação confiável e relevante sobre a situação patrimonial, financeira e econômica das empresas. Nesse sentido, o item 9 da CTG 2002 defini **avaliação pelo valor contábil** como a:

*Mensuração do ativo líquido, ou patrimônio líquido, **de acordo com as práticas contábeis brasileiras**, ou, quando se tratar de laudo elaborado para instituições financeiras ou para outras entidades cuja prática contábil normatizada pelo correspondente órgão regulador for diferente, de acordo com essas práticas. A expressão “práticas contábeis brasileiras” está definida no item 7 da NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (grifo nosso).*

A NBC TG 26 (R5), por meio do seu item 7, orienta que as **práticas contábeis brasileiras**:

*Compreendem a **legislação societária brasileira**, as **Normas Brasileiras de Contabilidade**, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam à **NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL** – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro emitida pelo CFC e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais (grifo nosso).*

Avaliação a Valor Contábil

Importante destacar que o modelo contábil brasileiro desde 2008, como determinado pela Lei nº 11.638/2007, que alterou a Lei nº 6.404/1976, lei societária brasileira, é o mesmo adotado internacionalmente, as IFRS (*International Financial Reporting Standards* – Padrões Internacionais de Relatórios Financeiros), considerado um dos modelos contábeis mais consistentes existentes na atualidade (SANTOS, et al., 2022).

Alinhado com as IFRS, a NBC TG Estrutura Conceitual apresenta, conceitua e detalha as **bases de mensuração (avaliação) contábil** utilizadas para mensurar ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas, as quais são agrupadas em dois grupos: o **custo histórico** e o **valor atual**.

Assim, o item 6.4 da NBC TG Estrutura Conceitual afirma:

*A mensuração ao **custo histórico** fornece informações monetárias sobre ativos, passivos e respectivas receitas e despesas, **utilizando informações derivadas**, pelo menos em parte, **do preço da transação ou outro evento que deu origem a eles**. Diferentemente do valor atual, o custo histórico **não reflete as mudanças nos valores**, exceto na medida em que essas mudanças se referirem à redução ao valor recuperável de ativo ou passivo que se torna onerosa (grifo nosso).*

Por sua vez, o item 6.10 da NBC TG Estrutura Conceitual afirma que:

*As mensurações ao **valor atual** fornecem **informações monetárias** sobre ativos, passivos e respectivas receitas e despesas, **utilizando informações atualizadas para refletir condições na data de mensuração**. Devido à atualização, os valores atuais de ativos e passivos refletem as mudanças, desde a data de mensuração anterior, em estimativas de fluxos de caixa e outros fatores refletidos nesses valores atuais (grifo nosso).*

Avaliação a Valor Contábil

A NBC TG Estrutura Conceitual apresenta ainda os modelos de mensuração a **valor atual** a serem utilizados na mensuração (avaliação) contábil, quais sejam: **valor justo**, **valor em uso**, **custo corrente**, **valor realizável líquido** e **custo amortizado**. Juntamente com o **custo histórico** estes são os modelos de mensuração que serão indicados pelas normas específicas para a mensuração de itens de patrimônio e de resultado específicos, como por exemplo, NBC TG 16 (R2): Estoques, NBC TG 25 (R2): Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, NBC TG 27 (R4): Imobilizado, NBC TG 47: Receitas, NBC TG 48: Instrumentos Financeiros, e tantas outras. Nesse sentido, **não se pode mais afirmar no Brasil** que o valor dos ativos líquidos (patrimônio líquido) corresponde a valores passados não representativos de seus valores atuais, isso porque as empresas brasileiras utilizam conjuntamente as bases de mensuração a custo histórico e a valor atual, dependendo da NBC TG específica a ser aplicada na mensuração contábil.

Observe-se, portanto, a relevância das **políticas contábeis adotadas** pelas empresas, e é exatamente por isso que a CTG 2002 exige que os avaliadores façam uma análise das políticas contábeis adotadas e da sua adequação. Da mesma forma, os aspectos aplicáveis da **lei societária** são relevantes, pois além de compreenderem as práticas contábeis adotadas, impactam a mensuração dos dividendos e das reservas de capital e de lucro.

Ante o exposto, os procedimentos aplicados na presente avaliação, em **31 de dezembro de 2024**, podem ser assim resumidos:

- Análise e validação do balancete analítico;
- Análise e validação das demonstrações contábeis;
- Análise e validação das políticas contábeis adotadas;
- Análise dos controles internos que suportam a emissão das demonstrações contábeis;
- Conclusão a cerca do valor contábil dos ativos líquidos (patrimônio líquido).

Avaliação a Valor Contábil

Após a realização dos referidos procedimentos, apuraram os avaliadores que o valor contábil dos ativos líquidos (patrimônio líquido) da AYKO CYBER em **31 de dezembro de 2024**, é de **R\$ 4.636.953,88** (quatro milhões, seiscentos e trinta e seis mil, novecentos e cinquenta e três reais e oitenta e oito centavos), avaliados em conformidade com as Práticas Contábeis Brasileiras aplicáveis às pequenas e médias empresas, nos termos do artigo 3º da Lei nº 11.638/2007.

O balanço patrimonial que serviu de base para a apuração do valor contábil dos ativos líquidos (patrimônio líquido) é apresentado no Anexo I, enquanto o resumo das principais práticas contábeis adotadas é apresentado no Anexo II deste laudo de avaliação.

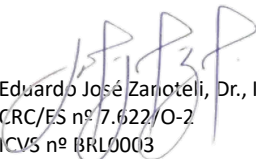
V. Conclusão

Conclusão

Com base nos trabalhos efetuados, acima demonstrados, concluímos que o valor de **R\$ 4.636.953,88** (quatro milhões, seiscentos e trinta e seis mil, novecentos e cinquenta e três reais e oitenta e oito centavos), conforme Balanço Patrimonial em **31 de dezembro de 2024**, registrado nos livros contábeis e apresentado no Anexo I, representa, em todos os aspectos relevantes, o valor contábil dos ativos líquidos (patrimônio líquido) da AYKO CYBER, avaliado de acordo com as práticas contábeis brasileiras.

O presente laudo de avaliação é composto por 28 (vinte e oito) páginas digitadas de um lado. A INTELETHOS Consultoria & Treinamento Ltda., empresa especializada em avaliação de ativos, abaixo representada legalmente pelos seus avaliadores, coloca-se à disposição para quaisquer esclarecimentos que, porventura, se façam necessários.

Vila Velha/ES, 30 de janeiro de 2025.


Eduardo José Zanoteli, Dr., ICVS
CRC/ES nº 7.622/O-2
ICVS nº BRL0003
CNAI nº 4.794
CNPJ nº 463

VI. Referências Bibliográficas

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, J. E. F.; CARDOSO, R. L.; RODRIGUES, A.; ZANOTELI, E. J. **Contabilidade das pequenas e médias empresas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- BRASIL. **Lei nº 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>.
- BRASIL. **Lei nº 12.973**, de 13 de maio de 2014. Dispõe sobre a legislação tributária do IRPJ e CSSL, revoga o regime tributário de transição, entre outros assuntos. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>.
- CFC. **Norma Brasileira de Contabilidade (NBC), Técnica Geral (TG) Estrutura Conceitual**. Dispõe sobre a estrutura conceitual para relatório financeiro. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>.
- CFC. **Norma Brasileira de Contabilidade (NBC), Técnica Geral (TG) nº 26 (R5)**. Dispõe sobre a apresentação das demonstrações contábeis. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>.
- CFC. **Norma Brasileira de Contabilidade (NBC), Comunicado Técnico Geral (CTG) nº 2002**. Dispõe sobre os padrões técnicos e profissionais a serem observados pelo contador para emissão de laudo de avaliação dos ativos líquidos (patrimônio líquido) a valor contábil ou dos ativos líquidos contábeis ajustados a preços de mercado. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>.
- DAMODARAN, A. **Avaliação de empresas**. 2. ed. [Damodaran on valuation: security analysis for investment and corporate finance, 2006]. Tradução de Marcelo Arantes Alvim e Sonia Midori Yamamoto. São Paulo: Pearson, 2007.
- MARD, M. J.; HITCHNER, J. R.; HYDEN, S. D. **Valuation and financial reporting: fair value, business combinations, intangibles assets, goodwill, and impairment analysis**. 3th ed. New Jersey: John Wiley & Sons, 2011.
- SANTOS, A.; IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades**. 4ª ed. São Paulo, Atlas, 2022.

VII. Anexo I – Balanço Patrimonial em 31/12/2024

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024

AYKO CYBER SEGURANÇA LTDA.
CNPJ Nº 25.328.763/0001-97
(EM REAIS)

ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
ATIVO CIRCULANTE		PASSIVO CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	260.460	Fornecedores	2.436.510
Contas a receber	4.410.329	Obrigações fiscais	202.121
Adiantamento a empregados	8.689	Obrigações sociais	201.709
Adiantamento a fornecedores	300	Obrigações trabalhistas	322.555
Outros adiantamentos	1.978.975	Adiantamentos	14.627
Tributos a recuperar	421.745	Provisões trabalhistas	1.118.236
Total do ativo circulante	7.080.498	Outras obrigações	8.230
		Total do passivo circulante	4.303.987
ATIVO NÃO CIRCULANTE		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Imobilizado	1.860.443	Capital social	45.000
Total do ativo não circulante	1.860.443	Lucros acumulados	4.591.954
		Total do patrimônio líquido	4.636.954
TOTAL DO ATIVO	8.940.941	TOTAL DO PASSIVO E PL	8.940.941

VIII. Anexo II – Principais Políticas Contábeis Adotadas

Principais Políticas Contábeis Adotadas

Base de elaboração, apresentação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da AYKO CYBER estão expressas em reais e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, Lei nº 6.404/1976 e suas alterações posteriores, além dos pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Moeda funcional

A moeda funcional da AYKO CYBER é o Real, todos os saldos foram arredondados no real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Continuidade operacional

As normas contábeis requerem que ao elaborar as demonstrações contábeis, a administração deve fazer a avaliação da capacidade de a AYKO CYBER continuar em operação no futuro previsível. A administração, considerando o equilíbrio observado do seu capital circulante líquido e a expectativa de geração de caixa suficiente para liquidar os seus passivos para os próximos 12 meses, concluiu que não há nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, portanto, concluiu que é adequado a utilização do pressuposto de continuidade operacional para a elaboração de suas demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários a vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudanças de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Principais Políticas Contábeis Adotadas

Clientes

Reconhecidos inicialmente pelo valor justo da operação quando da transferência do risco ao terceiro, a AYKO CYBER não possui prática de incidência de juros em suas transações com clientes.

Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, incluindo os componentes, são registrados pelo custo de aquisição. Juros e encargos financeiros diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um bem que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo.

Custos sobre empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos, por meio da aplicação do custo amortizado e da taxa de juros efetiva dos contratos.

Provisões

Provisões são reconhecidas quando: (a) a AYKO CYBER tem obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a operação, e (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. A AYKO CYBER reconhece suas provisões para causas trabalhistas, cíveis e tributárias de acordo com estimativa da probabilidade de perda de tais causas, sendo as estimativas anualmente revisadas.

Principais Políticas Contábeis Adotadas

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. A preparação das demonstrações contábeis da AYKO CYBER requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para demandas judiciais, valor justo de instrumentos financeiros, impostos diferidos ativos, dentre outros.

Apuração do resultado

As receitas e despesas resultantes das atividades da sociedade são apropriadas ao resultado quando incorridas, de acordo com o princípio de competência.



Obrigado!

Atenção: Este laudo não pode ser retransmitido sem autorização formal, e qualquer reprodução, disseminação, alteração, distribuição e/ou publicação desta apresentação é estritamente proibida.

Notice of Confidentiality: This document should only be read by those persons to whom it is addressed and is not intended to be relied upon by any person without subsequent written confirmation of its contents. Any form of reproduction, dissemination, copying, disclosure, modification, distribution and/or publication of this document is strictly prohibited.

www.intelethos.com.br
(27) 2233-6578

Rua José Penna Medina, nº 195, Sala 903, Ed. Unique Business, Praia da Costa, Vila Velha/ES, CEP: 29.101-320



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa AYKO TECNOLOGIA LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02033741770	FELIPE ANDRE TEIXEIRA MARTIN
03458486755	GIUSEPPE KENJI NAGATANI FEITOZA



CERTIFICO O REGISTRO EM 25/03/2025 14:14 SOB Nº 20250296870.
PROTOCOLO: 250296870 DE 20/03/2025.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12505065399. CNPJ DA SEDE: 05805349000114.
NIRE: 32201077783. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 25/03/2025.
AYKO TECNOLOGIA LTDA

PAULO CEZAR JUFFO
SECRETÁRIO-GERAL
www.simplifica.es.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: AYKO TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº **05.805.349/0001-14**, com sede na Rua Inácio Higino, nº 994, 2º andar, Praia da Costa, Vila Velha/ES, CEP 29101-430, neste ato representada pelos Representantes Legais **Sr. Giuseppe Kenji Nagatani Feitoza**, brasileiro, portador do RG nº 1.260.902 SSP/ES, inscrito no CPF nº 034.584.867-55, e **Sr. Fabio Castro de Almeida**, brasileiro, portador do RG nº 098085554 SSP-BA, inscrito no CPF nº 806.316.225-22.

OUTORGADO: AGENOR SOARES DUTRA, brasileiro, casado, economista, portador do RG nº 510427 SSPES, inscrito no CPF nº **682.215.337-34**.

Por meio deste instrumento de procuração, a **AYKO TECNOLOGIA LTDA** nomeia e constitui como seu procurador o **Sr. Agenor Soares Dutra**, conferindo-lhe **poderes especiais e específicos** para representá-la de forma exclusiva nos termos descritos abaixo.

Poderes Conferidos:

O presente instrumento outorga poderes ao procurador para representá-la, com exclusividade, nas seguintes situações: **(1)** Atuar em procedimentos de compras públicas e privadas, incluindo, mas não se limitando a pregões, concorrências, tomadas de preços, cartas-convite, e assinatura e/ou rubrica de propostas, listas de presença, declarações, atas, atas de registro de preços e relatórios; **(2)** Interpor, renunciar e/ou impugnar recursos administrativos, bem como acompanhar e praticar atos necessários ao andamento de processos, tendo pleno acesso aos autos; **(3)** Formular ofertas e lances de preços, de forma verbal, escrita ou eletrônica, em nome da outorgante; **(4)** Emitir e assinar recibos, retirar documentos, assinar termos, realizar alterações ou atualizações cadastrais junto a órgãos ou entidades públicas e privadas; **(5)** Praticar todos os atos legais e necessários ao fiel e completo cumprimento das obrigações assumidas pela outorgante nos processos em que estiver envolvida.

Esta procuração é válida por **1 (um) ano**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser revogada por instrumento específico a qualquer momento. Por ser a expressão da vontade da outorgante, firmamos o presente Instrumento.

Vila Velha/ES, 02 de dezembro de 2025.

GIUSEPPE KENJI NAGATANI FEITOZA

CEO

giuseppe.feitoza@ayko.tech

FABIO CASTRO DE ALMEIDA

CCO

fabio.almeida@ayko.tech

Procuração Agenor pdf

Código do documento 15065e96-e37c-457f-81ae-fe98c1f8ed71



Assinaturas



FABIO CASTRO DE ALMEIDA
fabio.almeida@ayko.tech
Assinou como REPRESENTANTE LEGAL

FABIO CASTRO DE ALMEIDA



Giuseppe N Feitoza
giuseppe.feitoza@ayko.tech
Assinou como REPRESENTANTE LEGAL

Giuseppe N Feitoza

Eventos do documento

02 Dec 2025, 10:05:42

Documento 15065e96-e37c-457f-81ae-fe98c1f8ed71 **criado** por GABRIELA DA PENHA XISTO (b1274aa6-8698-4d43-820f-3cd519c71b03). Email: gabriela.xisto@ayko.tech. - DATE_ATOM: 2025-12-02T10:05:42-03:00

02 Dec 2025, 10:12:40

Assinaturas **iniciadas** por GABRIELA DA PENHA XISTO (b1274aa6-8698-4d43-820f-3cd519c71b03). Email: gabriela.xisto@ayko.tech. - DATE_ATOM: 2025-12-02T10:12:40-03:00

02 Dec 2025, 10:18:26

GIUSEPPE N FEITOZA **Assinou como REPRESENTANTE LEGAL** (8ed7fd6c-1dc8-4879-814e-6363eaa4a0ba) - Email: giuseppe.feitoza@ayko.tech - IP: 177.8.169.163 (177.8.169.163 porta: 25632) - Documento de identificação informado: 034.584.867-55 - DATE_ATOM: 2025-12-02T10:18:26-03:00

02 Dec 2025, 11:09:25

FABIO CASTRO DE ALMEIDA **Assinou como REPRESENTANTE LEGAL** - Email: fabio.almeida@ayko.tech - IP: 177.8.169.163 (177.8.169.163 porta: 10738) - **Geolocalização: -23.56766745296756 -46.65826805241511** - Documento de identificação informado: 806.316.225-00 - DATE_ATOM: 2025-12-02T11:09:25-03:00

Hash do documento original

(SHA256):1d701dc0a926288753a3a0ed445ca8766046623fff10f9ebf48098b02a131db9
(SHA512):2b8c2b597873d148b56038309f4969ceee8a2297a678452f7a7ad224281334112cf95df3ce5d556f611dbf612bcbef3c96b3482bdb092412116d694581d720a


Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima




Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
2074914500

NOME
FABIO CASTRO DE ALMEIDA

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF
0980805554 SSP BA

CPF
806.316.225-00

DATA NASCIMENTO
10/11/1980

FILIAÇÃO
AUGUSTO JOSE CASTRO DE ALMEIDA
MARIA DE FATIMA SANTOS SILVA

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
05215356917

VALIDADE
15/12/2025

1ª HABILITAÇÃO
26/05/2011

OBSERVAÇÕES

Fabio Castro de Almeida
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
VITORIA, ES

DATA EMISSÃO
15/12/2020

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

57749205071
ES361736525

ESPÍRITO SANTO

DENATRAN CONTRAN


QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio da comparação deste arquivo digital com o arquivo de assinatura (.p7s) no endereço:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO							
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN									
2 e 1º NOME E SOBRENOME GIUSEPPE KENJI NAGATANI FEITOZA				1ª HABILITAÇÃO 13/04/2005					
									
									
3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO 04/09/1976, VILA VELHA, ES									
4a DATA EMISSÃO 02/07/2025		4b VALIDADE 01/07/2035		ACC 					
4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF 1260902 SSP ES									
4d CPE 034.584.867-55		5 Nº REGISTRO 03645427634		3 CAT HAB B					
NACIONALIDADE BRASILEIRO(A)									
FILIAÇÃO LEANDRO ROBERTO FEITOZA									
HIDEKO NAGATANI FEITOZA									
7 ASSINATURA DO PORTADOR 									

9	10	11	12
ACC 			
A 			
A1 			
B 		01/07/2035	
B1 			
C 			
C1 			

9	10	11	12
D 			
D1 			
BE 			
CE 			
C1E 			
DE 			
D1E 			

12 OBSERVAÇÕES

LOCAL

VITORIA, ES

ASSINADO DIGITALMENTE

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

81649481126

ES380573253

ESPÍRITO SANTO

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAM



2. 2. 1. Nome e Sobrenome / Name / Surname / Nome e Apellidos - Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir - 3. Data de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento - 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión - 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta - ACC - 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora - 4d. CPF - 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir - 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - Filiação / Filiação - 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

```
I<BRA036454276<346<<<<<<<<<<  
7609044M3507016BRA<<<<<<<<<4  
GIUSEPPE<<KEN<NAGATANI<FEITOZA
```

	REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO		
	CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN		
	2º NOME E SOBRENOME AGENOR SOARES DUTRA		1ª HABILITAÇÃO 25/05/1987
	3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO 07/08/1962, RESPLENDOR, MG		
	4a DATA EMISSÃO 17/01/2023	4b VALIDADE 16/01/2028	ACC 
	4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF 510427 SSP ES		
	4d CPE 682.215.337-34	5 Nº REGISTRO 02694397096	3 CAT HAB B
	NACIONALIDADE BRASILEIRO		
	FILIAÇÃO AGENOR ANTONIO DUTRA		
MARGARIDA DUTRA SOARES			

7 ASSINATURA DO PORTADOR


9
10
11
12

ACC 			
A 			
A1 			
B 		16/01/2028	
B1 			
C 			
C1 			

9
10
11
12

D 			
D1 			
BE 			
CE 			
C1E 			
DE 			
D1E 			

12 OBSERVAÇÕES _____

A _____

LOCAL _____

VITORIA, ES _____

ASSINADO DIGITALMENTE _____

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

11401048806

ES370083512

ESPÍRITO SANTO

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name / Durname / Nombre y Apellidos - Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir - 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento - 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión - 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta - ACC - 4c. Documento de Identificação - Órgão Emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora - 4d. CPF - 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir - 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - Filiação / Filiação - 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA026943970<965<<<<<<<<<<
6208071M2801164BRA<<<<<<<<<O
AGENOR<<SOARES<DUTRA<<<<<<<<

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN